

SILVA, CRISTIANI BERETA (Org.). **Educar para a Nação: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940**. Curitiba: CRV, 2014.

Campanha de Nacionalização, Ensino de História e História da Educação

Reflexões e Contribuições para campos de pesquisa fronteiriços

Nationalization Campaign , Teaching of History and History of Education

Reflections and contributions to frontier research fields

Rosiane Ribeiro Bechler¹

O livro “Educar para Nação: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940” é uma coletânea composta de artigos que apresentam discussões sobre as interseções entre a Campanha de Nacionalização promovida nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), a História da Educação, o Ensino de História e a narrativa histórica sobre o estado de Santa Catarina no referido período.

Organizado pela professora Cristiani Bereta da Silva a maioria dos artigos foi elaborada no contexto da pesquisa coordenada pela mesma: “Nação e Região: uma leitura a partir das culturas políticas e das políticas para o ensino de História em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940”, desenvolvida entre 2012-2014, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e vinculada ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, memória e culturas – CNPq/Laboratório de Ensino de História da UDESC. As reflexões apresentadas nessas produções dialogam com diferentes campos de pesquisas, ou ainda, em campos de pesquisas fronteiriços², quais

¹ Doutoranda em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Professora Substituta no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – disciplinas de Estágio Supervisionado para licenciatura em História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: rosiribeirobechler@gmail.com

² Apropriação da expressão “campo de fronteiras” utilizada pela primeira vez por: MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de história: lugar de fronteira. In: SIMPÓSIO

sejam, o da História da Educação, do Ensino de História e da História Regional. Ainda que o foco dos autores recaia sobre um mesmo recorte espaço-temporal, os ajustes de escalas realizados garantem que cada artigo traga novas contribuições para estratificação de um tempo que ficou perenizado como a “Era Vargas”³.

A primeira das três partes do livro, intitulada *Cultura Política e Cultura Histórica: história e nacionalismo em debate* reúne textos que se destacam pela densidade teórica e pelo exercício historiográfico dedicado a contextualizar e problematizar as políticas adotadas no decorrer das décadas de 1930-1940 a partir da cultura histórica particular àquele tempo. A organizadora da obra assina o primeiro texto, intitulado *História Nacional e a construção do “Espírito Brasileiro” (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940)*, cujo objetivo é “discutir as políticas para a Educação, com especial destaque para os discursos sobre a história nacional em Santa Catarina nas décadas de 1930 a 1940” (SILVA, 2014, p.20). A empiria do texto é formada por documentos oficiais vinculados especialmente às políticas educacionais – como circulares, relatórios de inspeção escolar e discursos, e ainda impressos pedagógicos que circulavam no período.

Mobilizando os conceitos de *cultura política* e *cultura histórica*, como chaves de leitura, a autora problematiza o alcance das políticas educacionais instituídas nos governos de Getúlio Vargas em Santa Catarina, que tinham como projeto a unificação do uso da língua portuguesa, dos costumes e das culturas através de estratégias que passavam também pela Escola. Estratégias essas que (in)formam uma outra maneira de se relacionar com o passado histórico do Brasil tendo por objetivo a construção de uma cultura política e histórica nacional e nacionalizadora através do ensino de um passado comum e da homogeneização cultural.

O artigo seguinte, *História Pátria, Livro Didático e Cultura Histórica*, de autoria de Luiz Reznik, problematiza as interseções entre a narrativa histórica dos livros didáticos elaborados nas décadas de 1930 e 1940 e a *cultura histórica* deste mesmo período. Além disso, discute como o projeto político pautado em uma Pedagogia da Nação irá impulsionar o mercado editorial e influenciar a escrita da História do Brasil para o curso

NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, ANPUH, Londrina. **Anais eletrônicos...**

Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S24.pdf>.

Acesso em: 25 mar. 2015.

³ KOSELLECK, Reinhart. **Zeitschichten: Studien zur Historik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2000.

secundário, tendo como referenciais as reformas educacionais promovidas por Francisco Campos em 1931 e Gustavo Capanema em 1941.

Como fontes foram selecionadas obras didáticas de oito autores que escreveram no período. Nessas narrativas históricas, acontecimentos que configuram a História do Brasil são explicados com vistas a conferir harmonia, originalidade e importância ao momento presente, qual seja, “a República, para os da década de 30, e o Estado Novo, para os da década de 40” (.REZNIK, 2014, p.47).

Jean Carlos Moreno assina o texto *Nação e Cultura Histórica: a reforma de ensino no Paraná*, no qual analisa como as reformas e os reformadores do ensino a partir da década de 1920 elaboram estratégias políticas no intuito de alterar a cultura histórica informando uma nova relação desta sociedade com seu passado. Essas estratégias fazem parte de uma missão assumida pelos “agentes reformadores”, que teve como objetivo colocar o estado do Paraná na rota do projeto de construção de uma identidade nacional, que ganha cada vez mais força no decorrer das primeiras décadas do século XX.

A empiria desse trabalho é composta por fontes de naturezas distintas: Relatórios da Instrução Pública, a revista *O Ensino* publicada pela Inspeção Geral de Ensino e ainda três obras didáticas indicadas nos documentos da reforma como sugestões para uso no contexto escolar – *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso, 1901; *Histórias de Nossa Terra*, de Julia Lopes de Almeida, 1915; e *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo, 1917. Passando pelas discussões de como a Reforma do Ensino no Paraná em 1921 buscou responder também ao projeto de nação que então se delineava, Jean Carlos Moreno dedica-se a analisar quais as estratégias e discursos adotados em prol de uma educação que formasse os cidadãos moral e afetivamente para coesão da Nação.

No artigo *Das nacionalidades ao nacionalismo: a disciplina História na política educacional (SC, 1930-1940)*, Clarícia Otto discute como a política de nacionalização vai interferir na reelaboração do código disciplinar da História, tendo como objetivo principal investigar como essa influência e inter-relação incide nos “discursos sobre que História ensinar e para que ensinar em Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX” (OTTO, 2014, p. 94). A autora destaca que a concretização dos objetivos postos pela Campanha de Nacionalização demandou um investimento na escrita de uma História que construísse a unidade estadual vinculando-a a

História Nacional. As fontes privilegiadas nesse trabalho foram os discursos de obras de Jonathas Serrano e ainda a legislação educacional do período.

Finalizando as discussões desta primeira parte da coletânea, Luciana Rossato, com o texto *Formar a alma da criança brasileira: as escolas nas áreas de colonização em Santa Catarina (décadas de 1930 e 1940)* analisa os impactos do controle advindo das políticas de nacionalização sobre as escolas particulares no interior do estado de Santa Catarina, especialmente nas áreas de colonização alemã. Relatórios da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas de Santa Catarina, datados da década de 1930 e elaborados por João dos Santos Areão, foram os documentos aqui privilegiados.

A autora apresenta-nos a conflituosa relação entre Estado, Imigração e Educação, que marca a história de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX. Conforme a autora, se no início do século XX as políticas educacionais visavam promover a integração dos imigrantes à cultura nacional, nas décadas de 1930-1940 essa integração cede espaço a determinação que os mesmos sejam incorporados à ela, tendo suas culturas particulares silenciadas pelos mecanismos da campanha de nacionalização e em nome de uma identidade nacional que negava suas contribuições.

A segunda parte do livro é intitulada *Intelectuais e seus projetos de Educação e História* e aborda como determinados sujeitos, ou grupos de sujeitos, ocupando lugar político e social de destaque contribuíram para a tradução do projeto de Nação em seus contextos de atuação. Os autores oferecem-nos uma outra perspectiva, ou ainda, uma variação na escala de análise⁴, para pensarmos as relações estabelecidas entre os sujeitos, e dos sujeitos com o projeto de nacionalização em pauta, numa rede de interesses, crenças e valores que também ressoam em como as políticas educacionais chegam e se efetivam nas escolas catarinenses, especialmente no decorrer das décadas de 1930-1940.

O artigo *Oswaldo Rodrigues Cabral e uma História de 'Santa Catharina'*, de autoria de Nucia Alexandra Silva de Oliveira, inaugura a série e tem por objetivo contextualizar o autor e sua obra em relação a um projeto maior de reescrita da História do Brasil. Este projeto implicava na reelaboração de narrativas históricas sobre os diferentes estados com uma finalidade dupla: legitimá-los ante os demais estados e inscrevê-los na História da Nação. A obra analisada neste artigo foi um dos volumes

⁴ REVEL, Jacques. Jogos de escalas. **A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

publicados pela Coleção Brasileira (1931-1993), e, embora não fosse a primeira obra publicada sobre o estado de Santa Catarina, foi aquela que, conforme a autora, projetou a mesma no cenário na História Nacional, dado o prestígio da referida coleção.

Políticas Educacionais no Estado Novo: o embate entre as propostas educacionais de Gustavo Capanema e Anísio Teixeira é assinado por Caroline Antunes Martins Alamino e analisa as relações que o ministro estabeleceu com os intelectuais de sua época, reunindo em torno de seu projeto um grupo heterogêneo e nem sempre de total acordo com as medidas por ele implementadas. Confere-se destaque às críticas feitas por Anísio Teixeira à Reforma de Ensino regida por Gustavo Capanema (1941). A principal crítica refere-se a “mecanização” do sistema de ensino tal qual os processos industriais, com vistas a atender ao Projeto de Nacionalização da Educação. As fontes trabalhadas para elaboração deste artigo foram a legislação educacional do período e textos produzidos por Anísio Teixeira.

Flávio Welker Merola Gentil, no artigo *Intelectuais e a Nacionalização do ensino de Santa Catarina (1935-1945)*, apresenta os primeiros dados e reflexões de seu projeto de pesquisa de mestrado. O autor propõe-se a mapear e analisar a configuração do grupo de professores e intelectuais que fizeram parte do Departamento de Educação em Santa Catarina, atuantes na campanha pela nacionalização do ensino. Para tanto, seleciona como fontes “vestígios deixados pelo diretor do Departamento, Elpídio Barbosa” (GENTIL, 2014, p.169), privilegiando atas das reuniões realizadas no referido período.

Finalizando esta parte da coletânea temos o artigo de Maíra Pires Andrade, *Nação, Língua e Ensino: aspectos da nacionalização a partir dos discursos de Carlos Gomes de Oliveira*, cujo objetivo é, a partir da análise do discurso deste intelectual, “identificar os princípios que norteavam a nacionalização do ensino ocorrida em Santa Catarina” (ANDRADE, 2014, p. 189). Tal análise revela-se de grande importância, pois, conforme nos aponta a autora, nesse período o campo intelectual e o político chegavam mesmo a se confundir, dado que os mesmos sujeitos transitavam entre essas duas esferas. A empiria do artigo é a obra *Nacionalização e Ensino*, publicada por Carlos Gomes em 1939 como uma compilação dos discursos proferidos por ele entre 1933-1939, na condição de deputado da Câmara dos Deputados. A autora apresenta referencial teórico variado e considerável riqueza de dados e informações acerca da campanha de nacionalização, contextualizando o leitor sobre as repercussões regionais das medidas adotadas em escala nacional.

A terceira e última parte, *Impressos, Cinema e Fontes Oraís*, é também a mais plural e a que nos apresenta outras escalas de análise potentes para revisitarmos e insistirmos em pesquisar as décadas de 1930-1940 e os desdobramentos da mesma na invenção de uma tradição⁵ do ensino de História, e na própria maneira de se escrever a História do Brasil. Tradições que, apesar de sedimentadas não deveriam passar por naturalizadas, pois são frutos dos esforços de um tempo histórico, perpassados por culturas que lhes foram próprias.

No primeiro artigo desta série, *Memórias de Professores em Escolas Multiseriadas/Isoladas na Região Oeste de Santa Catarina*, Elisa Paim apresenta parte de uma pesquisa realizada junto a professoras e professores que atuaram na docência em meados do século XX, período no qual o oeste catarinense passa a receber maiores atenções por parte do governo com relação às demandas educacionais. Utilizando-se da metodologia da História Oral, o autor registrou os relatos das experiências vivenciadas por esses sujeitos no exercício de uma profissão em condições precárias e para a qual não haviam se formando – mas na qual iam se formando, no decorrer do percurso. As reflexões apresentadas nesse texto, ainda que referentes a um período posterior – e inclusive por isso, são importantes para matizarmos o alcance das políticas educacionais implementadas na “Era Vargas”.

João Henrique Zanelatto e Giani Rabelo, em *Imprensa, Política e Educação no Sul Catarinense*, problematizam o papel da imprensa como meio de difusão de ideais políticos e ainda de “comportamentos, projeto, ideias” (ZANELATTO e RABELO, 2014, p. 230) nas décadas de 1930-1940 nos municípios do sul de Santa Catarina. Discutem também em que medida a efetividade dessa difusão está relacionada com o índice de população alfabetizada na região. Para tanto compõe o *corpus documental* deste artigo, dados referentes aos jornais editados na região e ainda os índices de analfabetismo do estado.

Em *Construção da memória Histórica para Além da Sala de Aula no Alto Vale do Itajaí-Açu: a imprensa e as festas cívicas*, Geane Kantovitz e Stefanie Schreiber analisam como o jornal *Nova Era* contribuiu para a consolidação de uma dada memória histórica a partir da veiculação de reportagens sobre as festas cívicas que atravessam os muros da escola, ampliando o currículo de História para as ruas da cidade em comemoração à

⁵ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 9, 1984.

Nação. Além do jornal, as autoras também analisaram fotos do acervo pessoal de um dos moradores do município de Rio do Sul.

Lara Rodrigues Pereira, no texto *Cinema Educativo e Institucional: imagens do nacionalismo na era Vargas (décadas de 1930 e 1940)*, analisa três vídeos – o discurso da “Queima das Bandeiras”, proferido por Vargas em 1937; partes do filme *Os Bandeirantes* (1940), produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); e um cinejornal sobre o município de Urussanga em Santa Catarina, formado por imigrantes italianos. Os dois primeiros vídeos são produções ligadas diretamente ao governo central, enquanto o terceiro é produzida pela iniciativa regional. A autora problematiza como narrativas produzidas pelos meios de comunicação oficiais influenciaram também outras iniciativas, promovendo através da mídia “uma ideia de nação e cidadãos homogêneos, cujas diferenças sociais, culturais e econômicas inexistem (PEREIRA, 2014, p. 275).

O artigo que encerra a terceira e última parte do livro é de autoria de Thais Cardozo Favarin, intitulado “*Formadores da Pátria*” na *Revista de Educação (Santa Catarina, 1936-1937)* e apresenta parte das reflexões desenvolvidas por ela em seu trabalho de conclusão de curso. Ao analisar exemplares da *Revista de Educação* veiculada em Santa Catarina entre 1936-1937, quando a “Santíssima Trindade da Educação” – Luiz Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa, estava à frente da instrução pública no estado, a autora tem como objetivo compreender as “representações feitas por meio desse periódico acerca do papel dos professores do ensino primário” (FAVARIN, 2014, p. 280). As reflexões apresentadas indicam como o Departamento de Educação estava empenhado na efetivação da campanha de nacionalização no estado, sendo que a publicação desse periódico representou um esforço de que o pensamento pedagógico moderno chegasse aos professores das cidades mais distantes da capital.

A riqueza de dados e fontes exploradas, assim como as reflexões teóricas apresentadas no decorrer de toda obra, endossam o convite para leitura da mesma, que por certo permitirá o adensamento de debates que nos permitam problematizar e compreender quanto das estruturas que se repetem⁶ no discurso educacional hoje tiveram sua duração iniciada nas décadas de 1930-1940?

⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Zeitschichten: Studien zur Historik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2000.